PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

Comitê de Gestão Estratégica

Ata da 3ª reunião do CGE do ano de 2020.

Ao 14º (décimo quarto) dia do mês de agosto de 2020 (dois mil e vinte), através de videoconferência, reuniram-se os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), magistrados e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE). Estiveram presentes o Desembargador TutmésAiran de Albuquerque Melo, Presidente do CGE; Dr. Ygor Vieira de Figueirêdo, Juiz Auxiliar da Presidência; Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto, Juiz Auxiliar da Presidência; Dr. José Miranda Santos Júnior; o servidor Nilo Brandão Meireles Júnior, Secretário Especial da Presidência; o servidor Zilckson Márcio Gomes Costa Junior, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça; o servidor Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor-Chefe da APMP; o servidor Renato Barbosa Pedrosa, Diretor da DICONF; o servidor Magno Vitório de Farias Fragoso, representante do SAJ de 1º Grau; Dr. Georges BasileChristopoulos, Diretor do DSQV; a servidora Mirela dos Santos Souza, da Secretaria Geral; da Justiça; o servidor José Hamilton Ramos Azevedo, da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude; o servidor José Baptista dos Santos Neto, Diretor da DIATI, e o servidor Arthur Silva Paes Barreto dos Anjos, também da DIATI; o servidor Diego Silveira Soares, da DICOM; a servidora InaraFrancoyse de Souza Pereira, o servidor Guilherme Rossilho, o servidor Sérgio Walney Mendes Martins, da APMP, e o servidor Amós Henrique Alves de Araújo, também da APMP, secretariando. Adiante subscrevem conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: **1)** A reunião iniciou com o servidor Clóvis Gomes informando que no final do mês de agosto de 2020 acontecerá reunião no CNJ em que serão apresentados os dados do Justiça em Números e que a partir desse resultado, haverá a avaliação de se fazer prognóstico do TJAL para o Eixo da Produtividade quanto ao Prêmio CNJ de Qualidade. Informou que a partir do mês de setembro de 2020 será iniciada a coleta de informações para a próxima avaliação. Comunicou como seria a apresentação. Indagou Dr. Manoel Cavalcante sobre reuniões feitas no Comitê Gestor de priorização do 1º Grau. Dr. Manoel Cavalcante apontou que as reuniões foram feitas. Quanto ao item de distribuição de servidores, cargos, comissões e funções relativos à Resolução CNJ nº 219/2016. Informou a pontuação do item. Disse que dos 45 pontos do item, estima o alcance de 35 pontos. Informou os motivos da pontuação. O servidor Renato Barbosa indagou se já estava sendo considerada a nomeação dos assessores de juízes de 1º grau. O servidor Clóvis Gomes respondeu que sim, mas que mesmo assim não atingiu o demandado. Passou ao item de Gestão Participativa e explicou do que se trata. Informou que o requisitado foi feito e a pontuação máxima está garantida. Passou aos pontos relativos ao Socioambiental. Informou sobre estimativa de 25 dos 45 pontos. Informou que está sendo aguardada classificação que o CNJ fez de um índice em específico referente ao desempenho de sustentabilidade. Informou detalhes a respeito. Comunicou que acredita que ainda existe a possibilidade de se alcançar mais 10 pontos no item do Socioambiental. Passou ao item da Acessibilidade. Perguntou à servidora Mirela Souza sobre como anda o cumprimento dos requisitos. A servidora Mirela Souza informou sobre situações existentes nesse campo e comunicou que acredita que a pontuação será alcançada. Passou ao item relativo ao curso EAD promovido pelo CEAJUD, do CNJ. Informou a pontuação, o que se requisita e a situação do TJAL. A servidora Mirela Souza questionou se o curso é o mesmo do ano passado e o servidor Clóvis Gomes informou que é, mas que a execução só necessita ser feita uma vez. Presidente questionou a medida a ser tomada para que os servidores realizaram inscrição, finalizem o curso. Ficou sugerido o envio de expediente aos servidores que não concluíram a atividade para que a realizem tendo em vista a possibilidade de alcance de apoio ao tribunal na busca pela premiação. Sugeriu-se também que se informe que seja encaminhado no expediente que seja notificado que o curso contabiliza horas para progressão e a sugestão foi acatada. Estipulou-se o prazo para finalização do curso até sexta, dia 21/08/20. Passou ao item da Coordenadoria da Infância e

Juventude. O servidor José Hamilton foi indagado sobre os requisitos do item, o qual informou que estão sendo cumpridos. Falou-se sobre a Participação feminina e sobre as ações que são solicitadas para o cumprimento deste item. Dr. José Miranda informou as ações que estão sendo tomadas e deu início a debate sobre questões às Metas Nacionais. O servidor Magno Vitório falou sobre as dificuldades encontradas nos ajustes que precisam ser feitos nos processos de Metas. Informou que existe minuta de provimento que altera o cadastro e os processos que forem distribuídos não serão mais colocados como conclusos ou em análise de cartório, que sejam colocados numa fila de pré análise de cadastro e que o servidor responsável tenha que efetuar comando para encaminhamento à Unidade Judicial de modo a responsabilizar quem efetuou o cadastro, para que, desta forma, os erros contidos sejam corrigidos. Dr. José Miranda citou como exemplo problemas existentes na Meta 4. Fez comentário sobre a importância de haver ato normativo para cobrança desses ajustes. Houve debate sobre a necessidade ou não da elaboração de ato normativo para ajustes no cadastro. Dr. Ygor Vieira falou de ser encaminhado ofício à CGJ de unidade judicial que foi demandada para correção de cadastro e que ainda não o fez para que o Corregedor-Geral da Justiça possa abrir procedimento cabível. Presidente acenou positivamente quanto à confecção do ofício. Dr. Ygor Vieira falou reiterar o ofício expedido e estabelecer prazo para cumprimento. Em caso de não cumprimento, encaminhamento à CGJ para as providências cabíveis. O servidor Clóvis Gomes relembrou que as informações das Metas Nacionais servirão para a avaliação do próximo ano e que a avaliação deste ano já se encontra com os dados encerrados com o cumprimento das Metas do ano passado. Passou-se ao ponto de Judicialização da Saúde. O servidor Magno Vitório disse que acredita que o TJAL alcança a totalidade de pontos neste item. Informou também que houve Tribunal de Justiça que pediu prorrogação e alteração do ato relativo a este item, e o CNJ afirmou considerar somente parte de 2019 e que a partir do ano que vem será considerado o ano em sua totalidade. Informou que, ao verificar o acervo, só há um processo em Pilar no NatJus. Vez que reduzido o quantitativo de processos, sugeriu que o servidor de unidade judicial informe o processo correspondente e Dr. Georges Basile faça a informação diretamente no NatJus. Foi debatido como é feita a pontuação e alimentação deste item. O servidor Magno Vitório informou que já consta um cadastrado, o que garante a pontuação. Dr. Georges Basile pediu a palavra e informou sobre pontos garantidos dentro do item. Informou que diversas ações de saúde foram feitas e que podem ser comprovadas através de relatórios do Comitê Estadual de Saúde. Falou sobre a estrutura de se haver Vara Especializada de Saúde Pública. Informou que repassará informações ao servidor Clóvis Gomes até quarta-feira, dia 19/08/20. A servidora InaraFrancoyse repassou ao Dr. Georges Basile formulário que o CNJ pede para preenchimento de dados. O servidor Clóvis Gomes falou sobre o Sistema Nacional de Notas Técnicas e perguntou ao Dr. Georges Basile acerca da possibilidade de preenchimento. Dr. Georges Basile sugeriu que as solicitações fossem feitas aos magistrados através de expediente da Presidência. Presidente solicitou que o expediente fosse feito e o servidor Nilo Brandão informou que fará expediente para que Presidente assine quanto ao cadastro no sistema de saúde. O servidor Magno Vitório informou que o cadastro tem que ser validado com a servidora Mariá Tenório Araújo de Barros, da CGJ. O servidor Clóvis Gomes passou ao ponto da Comissão Permanente de Segurança, disse que solicitou dados ao Cel. Elias Silva de Oliveira, que fez as informações cabíveis e que a pontuação máxima pretensamente está garantida. O servidor Clóvis Gomes falou sobre o item relativo à Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores. Dr. Georges Basile informou que está 100% cumprido. O servidor Clóvis Gomes falou sobre o Eixo de Produtividade. Tratou sobre o IPC-Jus e falou sobre a estimativa realizada de não são se conseguir pontos neste item. Falou sobre o tempo médio de duração dos processos. Fez os esclarecimentos cabíveis. Passou ao Índice de Conciliação e informou que se estima 35 dos 50 pontos. Falou sobre as Metas Nacionais e a expectativa 24 dos 60 pontos. Passou para o item de processos antigos. Informou que ao se coletar informações do SAJ, seriam 45 pontos alcançados, mas que o CNJ coleta o dado por movimentação e que foi informado pelo CNJ que, na base, há processos sem movimentação e que coletaram todos os processos, inclusive os arquivados, todavia, há arquivados sem movimentação de julgamento, contudo, entende-se que o processo só é baixado após passar por julgamento e que é esforço desnecessário ir atrás desses processos. O servidor Magno Vitório informou que a informação existente é de que não há a necessidade de lançamento de movimentação de julgamento em processo já arquivado, que foram criados parâmetros no momento da comunicação desses dados. O servidor Clóvis Gomes informou que o CNJ agora fará a comprovação dos dados através do DATAJUD. O servidor Magno Vitório informou que o servidor Arthur Silva está emitindo de partes em partes os dados para o DATAJUD, pois o CNJ não está conseguindo receber os dados na íntegra. Dr. José Miranda perguntou se a consulta feita ao CNJ foi obtida resposta acerca do

fluxo cível dos dados de Violência Doméstica. Foi informado que ainda não há posição. Dr. José Miranda reforçou sobre o prejuízo de dados que o TJAL está sofrendo ao não se considerar esse fluxo. O servidor Clóvis Gomes informou que, no item relativo aos casos de Violência Doméstica contra a Mulher e Medidas Protetivas de Urgência, a comprovação será feita com base nos dados do DATAJUD. Nessa perspectiva, Dr. José Miranda fez explanação acerca da importância da consideração desse fluxo cível. O servidor Clóvis Gomes passou ao item, que é novo, de celeridade processual no julgamento de ações penais de competência do júri, que será comprovado com base nos dados existentes no DATAJUD e informou que não há como fazer estimativa. Informou que o item sobre processos de Recuperação Judicial e Falência também será avaliado pelo DATAJUD. Informou que o item relativo à celeridade processual do julgamento das ações de Benefício de Prestação Continuada também não há como estimar. Passou ao item de Adoção e Acolhimento, e informou como a comprovação deve ser feita. Dr. Ygor Vieira apontou que o problema não é a adoção não ser realizada, mas sim que não é registrada no Sistema Nacional de Adoção – SNA. Foram debatidas as questões relativas ao processo que engloba a adoção. O servidor José Hamilton, da CEIJ, fez esclarecimentos acerca do tema. O servidor Clóvis Gomes informou que não há como se estimar o resultado. Passou às Audiências e Sessões por Videoconferência. Solicitou esclarecimentos ao servidor José Baptista, que os fez. Houve debate sobre o tema. Dr. Ygor Vieira falou sobre a normatização da audiência e que já consta o código que deve ser utilizado, desta forma, basta coletar o dado pelo código em específico, contudo, pode-se haver erro de alimentação. O servidor José Baptista informou que, no 2º Grau, há a mensuração do dado. Passou ao Ranking da Transparência. A servidora InaraFrancoyse forneceu as informações correspondentes ao item. Passou ao item de Atendimento ao Cidadão por parte da Ouvidoria. O servidor Clóvis Gomes fez explanação de como é feita a cobrança e informou a pontuação cabível. Informou que ficará muito a critério do que o CNJ recepcionou. Informou o embasamento legal para a consideração de como é entendida a resolução da solicitação. Passou ao item de publicação no Diário de Justiça Eletrônica e o servidor José Baptista disse que estava em conformidade. O servidor Clóvis Gomes falou que se as informações dos Sistemas Justiça em Números, Módulo de Produtividade Mensal, Sistema de Metas Nacionais, Banco Nacional de Demandas Repetitivas, Enfrentamento à Violência Doméstica, Justiça pela Paz em Casa, Ações penais de competência do júri, não forem lançados considerando os períodos, o critério será considerado zerado, pois funciona como pré requisito para o Prêmio CNJ de Qualidade e que a pontuação será balizada conforme comparação com o DATAJUD, que será considerado percentual de margem de 10% em relação às diferenças nas informações entre os sistemas e o DATAJUD. Passou rapidamente por esses pontos por não haver como estimar a pontuação, mas que todos os itens estão sendo alimentados dentro do prazo. Ressaltou o item novo, que é relativo à identificação e encaminhamento de ações relativas ao COVID-19. O servidor José Baptista informou que o assunto foi incluído no 1º e 2º Graus e que há portal informativo quanto a essas ações. Passou ao item de Sentenças de Adoção, que usa o Sistema Nacional de Adoção. O servidor José Hamilton falou que as informações são as mesmas já relatadas pelo Dr. Ygor Vieira. O servidor Clóvis Gomes comunicou sobre zerar no item relativo ao PJe. Relatou sobre a pontuação máxima em casos novos eletrônicos. Falou sobre haver novamente o I-GOVTIC-JUD, que considerará os mesmos critérios. O servidor José Baptista fez explanações sobre o tema. O servidor Clóvis Gomes informou que não tem como ter estimativa final por haver itens novos e também pela questão do DATAJUD. Informou ao Presidente que no final do mês haverá reunião do CNJ acerca do Justiça em Números, a qual haverá a divulgação dos resultados, assim como haverá divulgação dos resultados parciais das Metas Nacionais e da proposta preliminar de Metas Nacionais para 2021. As reuniões acontecerão nos dias 25 e 26 de agosto de 2020. Foi informado que a Secretaria Especial, por meio da Presidência, encaminhou ofício aos servidores Clóvis Gomes e José Baptista para que se adotassem as providências necessárias e que o servidor Clóvis Gomes despachou o ofício aos magistrados Dr. José Miranda, Dr. Ygor Vieira, Dr. Manoel Cavalcante e Dr. Alexandre Lenine tendo em vista que estes fazem parte desses eixos do Prêmio CNJ de Qualidade, e muitas das informações estão no Justiça em Números. O servidor Clóvis trouxe à tona a questão da presença no TJAL da auditoria da Certificadora, para avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade implantado no TJAL, e a atividade que teve que ser suspensa por inconsistência no sistema processual que ocorreu no início dos trabalhos da empresa certificadora. Perguntou se já consta em perfeito funcionamento o sistema para que possa ser dado *feedback* à Certificadora, visto que esta possui prazos no contrato com o TJAL, e que necessita dessa informação para saber quando pode haver o retorno para realizar a avaliação. O servidor Magno Vitório indagou como seria feita essa avaliação, vez que o corpo de trabalho do TJAL se encontra em *home office*. O servidor Clóvis

Gomes informou que necessita saber se o sistema se encontra em funcionamento. O servidor Magno Vitório respondeu que foi posta nova versão e que os ajustes estão sendo realizados, mas que não seja nada que impeça o trabalho. Comunicou que entende que só pode ser feita avaliação da ISO quando retornarem pelo menos os 30% presenciais de quem trabalhe nas unidades com avaliação ISO e que vai precisar saber isso mais à frente, pois pode ser que o CNJ demande algo que necessite nova versão do sistema, que, dessa forma, vai ter que esperar quando estiver bem próximo desse período. O servidor Clóvis Gomes encerrou, agradeceu e devolveu a palavra ao Presidente Presidente perguntou quando saem os dados e o servidor Clóvis Gomes informou que o resultado do Justiça em Números se dará nos dias 25 e 26 de agosto, e que a premiação é no fim do ano. Presidente perguntou se os dados para o final do ano já estão postos e o servidor Clóvis Gomes informou que alguns dados para o Prêmio CNJ de Qualidade são até 31 de agosto e outros são de outros períodos fechados. Finalizada a reunião.

TUTMES AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO:90616

Assinado de forma digital por TUTMES AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO:90616
Dados: 2020.08.18 14:58:36 -03'00'

Desembargador TutmésAiran de Albuquerque Melo

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do Comitê de Gestão Estratégica